

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS
CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

RESOLUÇÃO Nº 15 DE 31 DE MARÇO DE 2006

O SECRETÁRIO ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA e PRESIDENTE DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas pelas Leis nº 4.319, de 16 de março de 1964, e nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e dando cumprimento à decisão unânime do Colegiado em sua 171ª reunião ordinária, resolve:

Art. 1º Constituir Comissão Especial com fulcro nos artigos 4º e 6º da Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, com o objetivo de proceder à análise e estudo da legislação existente sobre construção de barragens, visando à elaboração de propostas legislativas que contemplem instrumentos hábeis para reparação do impacto social, como efetivo mecanismo de garantia aos direitos das populações atingidas.

Art. 2º A Comissão Especial terá a seguinte composição:

I. Um representante do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IPPUR

II. Deputada Federal LUCI CHOINACKI - Representante da Câmara dos Deputados

III. Um representante do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB

IV. Um representante do Ministério das Relações Exteriores - MRE

V. Um representante do Ministério Público Federal - MPF

Parágrafo único. Poderão ser convidados a prestar colaboração à Comissão Especial, os especialistas, os peritos e outros profissionais, cujas habilidades e competência sejam necessárias ao bom desempenho das atividades.

Art. 3º Para o desenvolvimento dos trabalhos, esta Comissão Especial poderá utilizar as informações contidas no documento final, elaborado pelo *Grupo Interministerial*, constituído no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, que teve por objeto o estudo da problemática das populações atingidas por barragens.

Art. 4º Recomendar aos membros da Comissão Especial que procedam à verificação das denúncias contidas no relatório do MAB.

Art. 5º A Comissão Especial exercerá suas atividades por noventa (90) dias, prorrogáveis pelo prazo que se fizer necessário ao exercício de suas atribuições, devendo submeter relatórios parciais e relatório final ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Art. 6º A Secretaria Especial dos Direitos Humanos prestará à Comissão Especial o apoio necessário ao exercício de suas atribuições.

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Paulo de Tarso Vannuchi', with a stylized, cursive script.

PAULO DE TARSO VANNUCHI